



Entre o controle e a esperança: a educação como possibilidade histórica

Editorial da 49ª edição da Revista Pesquiseduca

A 49ª edição da Revista *Pesquiseduca*, reúne pesquisas que, em sua diversidade temática, teórica e metodológica, permitem reconhecer uma questão comum: a educação contemporânea encontra-se atravessada por uma intensa disputa entre mecanismos de controle e forças de resistência, criação e esperança.

Ao mesmo tempo em que se multiplicam discursos sobre inovação, autonomia, inclusão e democratização do conhecimento, ampliam-se os mecanismos de controle sobre a escola, sobre o currículo, sobre o trabalho docente e sobre os próprios sentidos da formação humana. Avalia-se, classifica-se, prescreve-se, compara-se e vigia-se. Sob a aparente neutralidade dos indicadores, das competências e dos protocolos, consolidam-se formas de regulação que pretendem tornar a educação previsível, administrável e subordinada às expectativas de produtividade do sistema.

O controle educacional apresenta sofisticados mecanismos que interditam a autonomia docente, a criatividade dos alunos e os sentidos da escola. Ele se instala também nas linguagens que vamos aos poucos naturalizando, nas rotinas que repetimos e nas soluções técnicas que muitos compreendem como necessárias.

Esse clima afeta as subjetividades envolvidas e produz efeitos danosos. Um dos mais graves é a deturpação da percepção sobre o papel do professor,

que deixa de ser reconhecido como sujeito intelectual de sua prática e passa a ser tratado como mero executor de orientações previamente definidas. Nesse contexto, naturaliza-se a avaliação como um processo impessoal e neutro, que substitui a reflexão pela classificação; o desempenho passa a ocupar o lugar da formação; a inovação é confundida com a simples adoção de tecnologias; e a complexidade dos processos educativos é reduzida a resultados mensuráveis.

A racionalidade por trás desses controles não apenas organiza o trabalho escolar, mas produz outros modos de ser e estar professor e também de ser estudante. Ao determinar o que deve ser ensinado, observado, registrado e valorizado, ela estabelece também quais conhecimentos podem circular, quais experiências merecem reconhecimento e quais sujeitos terão direito à palavra. Assim, o controle não opera somente sobre as práticas. Ele procura governar a imaginação pedagógica, limitando aquilo que professores e estudantes podem conceber como possível.

Mas a educação nunca se deixa capturar inteiramente.

Há sempre algo que escapa às prescrições. Há perguntas que irrompem onde se esperavam respostas prontas, experiências que desafiam os protocolos, memórias que sobrevivem aos silenciamentos e práticas que recriam os sentidos do ensinar e do aprender. É nesse espaço, aberto pela incompletude de todo processo de dominação, que a esperança se torna uma categoria pedagógica e política.

Não se trata de uma esperança ingênua, fundada na crença de que a educação, por si mesma, resolverá as contradições sociais. Também não se trata da espera passiva por um futuro que chegaria independentemente da ação humana. A esperança de que falamos é inquieta, crítica e comprometida. Ela nasce da leitura rigorosa da realidade, alimenta-se da indignação diante do que desumaniza e realiza-se na práxis coletiva daqueles que não aceitam o presente como destino inevitável.

Em Paulo Freire, a esperança não oculta a dureza do real. Ao contrário, exige conhecê-la e confrontá-la. Esperançar é reconhecer que a história permanece aberta e que aquilo que foi socialmente produzido pode ser questionado e transformado pela ação dos sujeitos. Por isso, a esperança não é o contrário da crítica. É uma de suas condições. Uma crítica que apenas denuncia, mas já não consegue anunciar outros horizontes, corre o risco de transformar a lucidez em paralisia. A esperança confere movimento à crítica, permitindo que a denúncia das condições existentes se articule à construção do ainda não vivido.

A utopia, nessa perspectiva, não designa um lugar imaginário ou inalcançável. Ela funciona como horizonte ético e político a partir do qual interrogamos o presente. É a possibilidade de recusar aquilo que se apresenta como natural, definitivo ou inevitável. A utopia denuncia o que impede a humanização e anuncia formas outras de

existir, conhecer, ensinar e conviver. Sua força não está em oferecer modelos acabados de futuro, mas em impedir que o presente encerre todas as possibilidades da história.

Os artigos que compõem esta edição da Revista *Pesquiseduca* podem ser lidos no interior dessa tensão. Em diferentes campos, contextos e abordagens, eles interrogam formas contemporâneas de controle e, simultaneamente, fazem emergir experiências, conhecimentos e práticas que alargam o horizonte do possível. Não constituem um conjunto homogêneo, nem precisariam constituir. Sua unidade encontra-se justamente no movimento de problematizar aquilo que foi naturalizado e de tornar visíveis sujeitos, saberes e experiências que resistem às formas de redução instrumental da educação.

O primeiro artigo, *Formação docente e as práticas de observação no estágio supervisionado na perspectiva da hermenêutica crítica*, de Osmar Araújo Araújo e Maria Amélia Santoro Franco, problematiza as práticas de observação no estágio supervisionado, frequentemente reduzidas ao cumprimento de exigências burocráticas e à permanência física do estudante nas instituições escolares. Quando orientada por uma racionalidade instrumental, a observação tende a converter-se em registro exterior da realidade e em reprodução de modelos previamente estabelecidos. Sob a perspectiva da hermenêutica crítica, entretanto, observar significa colocar-se em relação com o outro e permitir que a experiência vivida interpele as certezas, os conhecimentos e a própria história do futuro professor. O estágio pode, assim, deixar de ser um apêndice burocrático da formação e transformar-se em experiência reflexiva, relacional e auto formativa. Ao romper com a pedagogia da repetição, abre espaço para a formação de professores capazes de interpretar criticamente a realidade e de reconhecer-se como sujeitos de sua prática.

O segundo artigo, *Da formação à submissão: concepções de professor na rede estadual paulista*, de Gabriel Jorge Rodrigues de Souza e Hélio da Guia Alves Junior, analisa as concepções de docência presentes nas recentes normativas destinadas à contratação temporária e à avaliação de desempenho dos professores. Os autores mostram que tais dispositivos ultrapassam a dimensão administrativa, pois produzem efeitos pedagógicos e políticos ao legitimarem determinado modelo de professor. Predomina a concepção de uma docência técnica, submetida à mensuração, à classificação, ao monitoramento e à responsabilização individual. Nessa lógica, o professor deixa de ser reconhecido como sujeito intelectual, capaz de interpretar, decidir e produzir conhecimentos sobre sua prática, e passa a ser tratado como profissional operável, administrável e ajustável às determinações do sistema. Ao desvelar os mecanismos que procuram transformar a formação em submissão, o artigo reafirma a necessidade de

defender a autonomia docente como condição de uma práxis crítica e comprometida com a formação humana.

O terceiro artigo, *Educação reflexiva: um ato crítico emancipatório*, de Bruno Pereira dos Santos e Antonio Fernando Gouvêa da Silva, encontra no pensamento de Paulo Freire fundamentos para refletir sobre a emancipação, a diversidade e o diálogo no cotidiano escolar. O diálogo não é apresentado como simples estratégia metodológica ou recurso destinado a facilitar a comunicação. Constitui uma forma de existência e uma exigência para a produção compartilhada do conhecimento. Dialogar pressupõe reconhecer o outro como sujeito histórico, portador de experiências, saberes e possibilidades de interpretar o mundo. Em uma escola atravessada por diferenças sociais, culturais e identitárias, essa postura confronta a lógica colonialista que transforma o outro em objeto, inferioriza seus conhecimentos e silencia sua palavra. O artigo situa, portanto, a educação reflexiva como ato crítico e emancipatório, por meio do qual a diversidade deixa de ser percebida como obstáculo e passa a constituir uma possibilidade de encontro, aprendizagem e humanização.

O quarto artigo, *Representações sociais da Educação Física escolar: sentidos e significados atribuídos ao componente curricular*, de Aline Gomes da Silva, Marconi Silva de Andrade e Felipe da Silva Triani, interroga os sentidos historicamente atribuídos à Educação Física no cotidiano escolar. Os autores evidenciam que, apesar dos avanços conceituais e normativos, esse componente curricular ainda é frequentemente percebido como atividade recreativa ou restrita ao desenvolvimento motor. Essas representações não são neutras, pois determinam o lugar ocupado pela Educação Física no currículo e limitam suas possibilidades formativas. Ao compreendê-la como expressão da cultura corporal, o artigo anuncia outras possibilidades pedagógicas, comprometidas com a educação integral, a inclusão, a promoção da saúde e a formação de sujeitos críticos.

O quinto artigo, *Grupo Focal: um estado do conhecimento em pesquisas situadas na área do ensino de Matemática entre 2000 e 2023*, de Wagner Pommer, desloca a discussão para o campo das escolhas metodológicas. Ao mapear dissertações e teses que utilizaram grupos focais em investigações sobre o ensino de Matemática, o estudo identifica a presença ainda reduzida dessa técnica, mas ressalta sua pertinência para a compreensão das percepções e dos significados produzidos por estudantes, licenciandos e professores. O grupo focal revela-se, assim, não apenas como instrumento de coleta de dados, mas como espaço de interação e construção coletiva de sentidos. Em oposição às metodologias que procuram isolar e controlar as manifestações dos sujeitos, favorece a circulação da palavra, a escuta e a emergência de experiências que dificilmente seriam alcançadas por procedimentos estritamente padronizados.

O sexto artigo, *Desafios e potencialidades das fontes orais no ensino de História em Moçambique: percepção de alunos e professores de uma escola secundária em*

Quelimane, de Lázaro Sairosse Mujange, coloca em questão as hierarquias que definem quais conhecimentos merecem reconhecimento escolar. Embora a oralidade constitua uma forma ancestral de preservação da memória coletiva e das identidades culturais africanas, seu uso pedagógico permanece pontual e pouco sistematizado. A centralidade conferida às fontes escritas e às narrativas oficiais acaba por marginalizar a memória viva das comunidades. Valorizar as fontes orais significa, portanto, mais do que diversificar os recursos didáticos. Significa reconhecer outros sujeitos como produtores da história e confrontar formas de controle epistemológico que silenciam saberes, experiências e tradições.

O sétimo artigo, *Percepções do uso e contribuições da inteligência artificial no ensino de Ciências da Natureza na perspectiva de professores em formação inicial*, de Lucas Rocha Ferreira Lino, Raquel Barros Passos e Fernando Rocha da Costa, examina uma das questões mais desafiadoras do presente. Os licenciandos reconhecem as contribuições da inteligência artificial para o planejamento docente, a organização dos estudos e a criação de práticas mais interativas. Ao mesmo tempo, manifestam preocupação com a confiabilidade das informações e com as implicações éticas de seu uso. O artigo afasta-se, assim, tanto da celebração ingênua da tecnologia quanto de sua rejeição antecipada. Mostra que suas possibilidades educativas dependem da mediação crítica dos professores e das finalidades que orientam sua utilização.

O oitavo artigo, *Tecnologias Digitais e Inteligência Artificial: percepções e desafios de bolsistas do PIBID em Pedagogia no contexto da Educação Básica*, de Luiz Martins Junior, Rosana Mara Koerner e Juciele Gemin Loeper, aprofunda essa discussão ao situá-la nas experiências concretas da formação docente e das escolas públicas. As bolsistas reconhecem as tecnologias como possíveis aliadas do planejamento e da personalização do ensino, mas encontram condições estruturais marcadas pela baixa conectividade e pela insuficiência ou obsolescência dos equipamentos. Esses dados recordam que a inovação não ocorre em um vazio social. Falar em transformação digital sem considerar as desigualdades de acesso pode converter uma promessa de democratização em mais um mecanismo de exclusão. Nesse contexto, o PIBID afirma-se como espaço privilegiado para ultrapassar o domínio meramente instrumental das ferramentas e desenvolver um letramento digital crítico e ético.

O nono artigo, *Competências digitais na educação moçambicana: impactos no processo de ensino-aprendizagem*, de Saíde Molidé e Bruno Gonçalves, amplia geograficamente o debate e analisa de que modo as competências digitais podem transformar professores e alunos de simples manipuladores de informações em sujeitos ativos dos processos educativos. A questão fundamental não está apenas na aprendizagem de procedimentos técnicos, mas na possibilidade de utilizar os recursos digitais para desenvolver discernimento, autonomia e pensamento crítico. Quando subordinada

a finalidades pedagógicas humanizadoras, a tecnologia pode ampliar os modos de produzir e compartilhar conhecimentos. Sem essa orientação, corre o risco de apenas modernizar antigas práticas transmissivas e reproduzir novas formas de dependência.

O décimo artigo, *Curadoria de Objetos Digitais de Aprendizagem: contribuições para a Educação Básica brasileira*, de Gilso Rodinei Souza de Lima e Eduardo Fofonca, enfrenta o desafio colocado pela expansão contínua do ecossistema digital. Diante da quantidade quase ilimitada de softwares, aplicativos e outros recursos, não basta disponibilizar tecnologias às escolas. É necessário desenvolver critérios para selecioná-las, interpretá-las e integrá-las aos processos de ensino e aprendizagem. A curadoria pedagógica pressupõe intencionalidade, discernimento e conhecimento dos contextos educativos. Representa, nesse sentido, uma forma de resistência à incorporação automática das novidades tecnológicas e reafirma a autoria docente na decisão sobre o que utilizar, por que utilizar e a serviço de qual projeto formativo.

O décimo primeiro artigo, *Os Planos Municipais de Educação da Região do ABC/SP (2014-2024) e a expansão de vagas em creches*, de Marineide de Oliveira Gomes e Maria da Penha Silva Gomes, retoma a dimensão das políticas educacionais ao problematizar a concretização da Meta 1 dos Planos Municipais de Educação. A ampliação das vagas em creches constitui uma exigência do direito à educação, mas os caminhos escolhidos para realizá-la não são indiferentes. A expansão por meio de convênios, em um cenário marcado por políticas neoliberais, pode fragilizar a responsabilidade pública e subordinar a Educação Infantil a critérios que nem sempre asseguram sua qualidade social. O artigo mostra que os números da expansão precisam ser interrogados, pois garantir vagas não significa apenas ampliar o atendimento, mas assegurar condições dignas de cuidado, formação e desenvolvimento às crianças pequenas.

O décimo segundo artigo, *O campo da Educação Ambiental: cartografias político-pedagógicas e epistemológicas*, de Ronualdo Marques, evidencia que a Educação Ambiental é um território plural e atravessado por disputas. Perspectivas conservacionistas, tecnicistas, críticas, decoloniais e pós-críticas sustentam distintas concepções de natureza, sociedade e formação. A pluralidade do campo não deve ocultar as diferenças políticas entre essas abordagens. Enquanto algumas se limitam à modificação de comportamentos individuais, outras interrogam as causas estruturais da crise socioambiental e articulam educação, justiça, participação política e transformação social. O trabalho reafirma, desse modo, que não existe prática ambiental pedagogicamente neutra. Toda proposta traz consigo determinada compreensão do mundo que se deseja conservar ou transformar.

Por fim, o décimo terceiro artigo, *Percepções Ambientais de Jovens e Adultos em Diadema-SP e suas implicações para a Educação Ambiental*, de Debora Rodrigues Cordeiro, Giovano Candiani e Eliane de Souza Cruz, mostra como diferentes procedimentos de pesquisa podem produzir distintas compreensões acerca da relação dos sujeitos com o ambiente. Enquanto os questionários indicaram o predomínio de uma percepção naturalista, os desenhos e as rodas de conversa revelaram vínculos mais profundos de pertencimento à natureza. O estudo demonstra que as experiências dos sujeitos nem sempre podem ser apreendidas por instrumentos convencionais. A escuta, o diálogo e as formas criativas de expressão tornam visíveis dimensões que permanecem ocultas quando a pesquisa pretende enquadrar a realidade em categorias previamente determinadas.

Percorridos em sua sequência, os artigos desta 49ª edição compõem um amplo painel das tensões que atravessam a educação contemporânea. O controle manifesta-se na burocratização da formação, na submissão do trabalho docente, nas hierarquias entre conhecimentos, nas desigualdades tecnológicas, na fragilização das responsabilidades públicas e nas formas estreitas de compreender a inclusão, o currículo e a relação com o ambiente. A esperança, por sua vez, emerge nas práticas de diálogo, na valorização das memórias, no reconhecimento da diversidade, na autoria dos professores, na construção coletiva do conhecimento e na criação de experiências pedagógicas comprometidas com a dignidade humana.

Não se trata de uma esperança abstrata, colocada fora das contradições do presente. É uma esperança que se constrói no interior das práticas e das pesquisas, sempre que alguém interroga o que parecia natural, rompe um silêncio, recupera um saber desconsiderado ou cria condições para que outros sujeitos participem da produção do mundo comum. Nessa perspectiva, a utopia não representa uma fuga da realidade, mas uma forma radical de interrogá-la e de impedir que o presente seja aceito como a única configuração possível da história.

Entre o controle e a esperança, portanto, não há uma fronteira estável. Essa disputa acontece no interior das políticas, das instituições, das pesquisas e das práticas cotidianas. Acontece cada vez que um professor decide entre cumprir mecanicamente uma prescrição ou submetê-la à reflexão pedagógica. Acontece quando uma pesquisa apenas descreve a realidade ou se dispõe a revelar suas contradições. Acontece quando conhecimentos historicamente silenciados conquistam espaço de expressão e reconhecimento.

A educação não é, por natureza, emancipadora. Pode adaptar, excluir, classificar e silenciar. Mas pode também criar condições para que os sujeitos compreendam criticamente as circunstâncias em que vivem e reconheçam sua capacidade de agir

sobre elas. É nessa possibilidade, nunca garantida e sempre disputada, que reside sua força política.

Os trabalhos publicados nesse número não oferecem uma utopia pronta. Oferecem algo talvez mais necessário: elementos para sustentar a recusa daquilo que desumaniza e para alimentar a imaginação de outras práticas possíveis. Ao desvelarem controles, recuperarem memórias, interrogarem tecnologias, reconhecerem diferenças e afirmarem a autoria dos sujeitos, lembram-nos de que a esperança pedagógica precisa ser construída no interior das contradições do presente.

Se o controle pretende convencer-nos de que não existem alternativas, a pesquisa crítica conserva aberta a pergunta sobre aquilo que ainda pode ser diferente. E talvez esta seja uma das responsabilidades mais urgentes da educação: não permitir que a realidade existente seja confundida com a única realidade possível.

Desejamos a todas e a todos uma leitura inquieta, crítica e esperançosa.

Prof. Dra. Maria Amélia Santoro Franco

Editora-chefe